



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de  
Eusébio/CE**

# **RELATÓRIO**

**Portaria nº 94/2019/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:**

Desembargador Teodoro Silva Santos

**Juiz Corregedor Auxiliar:**

Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho

<b>1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b>	
Processo	CPA 8503949-49.2019.8.06.0026
Unidade	2ª Vara da Comarca de Eusébio
Entrância	Entrância Intermediária
Endereço	Avenida Eusébio de Queiroz, s/n, Centro
Período da Correição	3 de outubro de 2019
Portaria	

<b>2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b>	
Nome: <b>Flávia Pessoa Maciel</b>	Matrícula: <b>2905</b>
(X) Juiz de Direito ( ) Juiz Substituto	(X) Titular ( ) Respondendo ( ) Auxiliando
Exercício cumulativo: ( ) Sim (X) Não	Quais?
Ingresso na Magistratura: 13.01.1999	Ingresso na Vara: 28.05.2012
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim ( ) Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	( ) Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	( ) Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 DO QUADRO DE PESSOAL</b>		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>02</b>
Francisco Robson Colares Menezes		2413
Neide Rodrigues de Queirós		7864
<b>3.2 JUÍZES LEIGOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>03</b>
Maria Mafisa Silva de Sousa		8894
Maria Donatila de Oliveira Martins Moura		8278
Bruna de Holanda Machado		7571
<b>3.5 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>

Guilherme Silva Xavier			42815
<b>3.8 TERCEIRIZADOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.9 CEDIDOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>10</b>
Leonardo Felix Nunes	Convênio Prefeitura	Assessor Jurídico	42916
Iara Samara Soares Lima	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42917
Diana Maria Leitão da Silva	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42927
Marcela de Oliveira da Silva	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42922
Pedro Emanuel dos Santos	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42926
Ana Luiza Alcantara Fontenele Rocha	Convênio Prefeitura	Assessor Jurídico	24055
Ana Maiza Machado Aguiar Rebouças	Convênio Prefeitura	Assessor Jurídico	42921
Alessandro Costa Moraes	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42920
Nagyla Tiffany Oliveira Dantas	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42923
Joziane da Silva Ramos	Convênio Prefeitura	Assistente Judiciário	42928
<b>3.10 CARGOS EM COMISSÃO</b>			
Francisco Robson Colares Menezes	Assistente de Unidade		2413
Neide Rodrigues de Queirós	Supervisor de Unidade		7864

<b>4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA</b>	
Nome: Gabrielle Lima Correia Pereira	(X) Titular ( ) Respondendo
Responde por outras Comarcas? ( ) Sim (X) Não	Quais?

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO</b>	
Nome: Jose Valter de Araújo	(X) Titular ( ) Respondendo
Responde por outras Comarcas? ( ) Sim (X) Não	Quais?

<b>6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Comarca com Três Varas sem Juizado Instalado	
( ) 1ª Vara	
a) Processos de competência do Tribunal do Juri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios c) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários	
(X) 2ª Vara	
a) Ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular	

( ) 3ª Vara

- a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude
- b) Processos e medidas relativas aos registros públicos
- c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular

## 7 DO ACERVO PROCESSUAL

Acervo atual	3580	
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE	3687	
Data da Inspeção:                      Nº CPA:		
(X) Diminuiu            ( ) Aumentou	Diferença:	-107
Tramitação Processual    ( ) Físico            (X) Digital            ( ) Físico/Digital		

## 8 DA PRODUTIVIDADE

### DADOS DO MAGISTRADO

#### 8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)

Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	1305	108,75
Acordos	282	23,5
Decisões	1576	131,33
Audiências	351	29,25
Despachos	5738	478,17

### DADOS DA UNIDADE

#### 8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2019)

Processos novos	1.804
Processos pendentes de julgamento	3.354
Processos julgados	1.112
Processos pendentes de baixa	3.580
Processos baixados	1.142

#### 8.3 Gestão do acervo (Mês: dezembro /Ano: 2019)

Processos conclusos para Sentença	324
Processos julgados e não baixados	226
Processo Suspenso	175
Processos Reativados no mês	0
Processos Transitados no mês	0
Processos em grau de recurso no mês	0
Processos remetidos a outro foro no mês	0
Processos arquivados definitivamente no mês	1
Processos entrados no mês	44
Processos julgados no mês	41

#### 8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)

Idoso	Pendente de Julgamento	104
	Pendente de Baixa	110
Doença Grave	Pendente de Julgamento	4
	Pendente de Baixa	6
Réu Preso	Pendente de Julgamento	33
	Pendente de Baixa	36
Portador de Necessidade Especial	Pendente de Julgamento	5
	Pendente de Baixa	5

<b>8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias</b>	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias	270
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias	101
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias	28
Total	399
<b>8.6 Gestão de Tempo e Qualidade</b>	
Índice de processos com assunto cadastrado	100%
Índice de conformidade de classe (CNJ)	100%

<b>9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
<b>9.1 Processos Conclusos</b>	
Para Despacho	736
Para Decisão Interlocutória	39
<b>9.2 Liminares Pendentes de Análise</b>	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	24
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	( ) Sim (X) Não
<b>9.3 Das Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	( ) Sim (X) Não

<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
-	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
<b>Processo</b>	
0017223-34.2016.8.06.0075	
0015232-86.2017.8.06.0075	
0002571-07.2019.8.06.0075	
0800010-73.2019.4.05.8502	
0000756-09.2018.8.06.0075	

<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Visão Geral</b>	
Entrados no Mês	29
Arquivados	1
<b>11.2 Procedimentos Investigatórios</b>	
Pendentes	497
<b>11.3 Cartas Precatórias</b>	
Pendentes	241
<b>12 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	655
Total de audiências realizadas	297
Audiências não realizadas	264
Audiências canceladas/redesignadas	33
<b>12.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	167
Processos aguardando a realização de audiência	133
Audiência designada com a data mais distante	06.02.2020

<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
<b>13.1 NA SECRETARIA</b>	
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital	(X) servidor específico ( ) revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	(X) servidor específico ( ) revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	(X) sim ( ) não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(X) sim ( ) não

<b>14 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>14.1 PROCESSOS COM REPRESENTAÇÃO NESTA CORREGEDORIA</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0017223-34.2016.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo julgado em 03.05.2019.
0015232-86.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo baixado em 18.09.2019.
0002571-07.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Mandado expedido em 28.05.2019. À Secretaria para solicitar a devolução do mandado.
0800010-73.2019.4.05.8502	Processo inexistente.
0000756-09.2018.8.06.0075	Visto em inspeção. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo. Após, à conclusão.
<b>14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0010199-47.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 25.09.2019. À conclusão.
0010532-96.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 30.09.2019. À conclusão.
0015408-65.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 25.09.2019. À conclusão.
0010481-85.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 14.11.2019. À conclusão.
0016120-55.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. Audiência designada para o dia 22.11.2019, deixou de ser realizada em razão da ausência das partes requeridas. Processo concluso desde então.
<b>14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0009877-66.2015.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 29.11.2019. À conclusão.
0001355-45.2018.8.06.0075	Visto em inspeção. Sentença proferida em 25.07.2018.
0002056-69.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 27.11.2019. À conclusão.
0016482-91.2016.8.06.0075	Visto em inspeção. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 218, em 30.08.2019.
0010162-59.2015.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 31.10.2019. À conclusão.
<b>14.4 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0010270-49.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 22.10.2019. À conclusão.

0010867-18.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 25.10.2019. À conclusão.
0010414-23.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 23.09.2019. À conclusão.
0015973-29.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 05.11.2019. À conclusão.
0010467-04.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo concluso desde 14.10.2019. À conclusão.
<b>14.5 CONCLUSO PARA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0010485-25.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Parecer do Ministério Público pugnando pela realização de audiência de instrução e julgamento colacionado aos autos em 27.11.2019. À conclusão.
0011240-49.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Parecer do Ministério Público pugnando pela realização de audiência de instrução e julgamento colacionado aos autos em 05.12.2019. À conclusão.
0009511-66.2011.8.06.0075	Visto em inspeção. Pedido de designação de audiência de instrução e julgamento realizado à fl. 509, em 30.05.2019. À conclusão.
0010728-66.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Audiência designada para o dia 22.01.2020. Aguardando a realização de audiência.
0016596-93.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. A Secretaria para certificar eventual decurso de prazo em relação a determinação de fl. 184 e para designar nova data para realização de audiência (vide fl. 187).
<b>14.6 AGUARDAR AUDIÊNCIA PJE</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
3000759-73.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 31.08.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 03.07.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000429-76.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 02.05.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 06.12.2019. Aguardando a realização de audiência.
3000483-42.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 20.05.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 28.02.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000472-13.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 17.05.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 14.02.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000500-78.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 24.05.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 13.03.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000886-11.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 30.09.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 11.03.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000979-71.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 01.11.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 27.03.2020. Aguardando a realização de audiência.



3000304-79.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 23.07.2017. Processo com réplica acostada aos autos em 28.02.2018. Feito incluso no Mutirão de Conciliação da Oi, Sky e Banco do Brasil, com audiência designada para o dia 27.06.2019. Aguardando a realização de audiência.
3000506-85.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 28.05.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 27.03.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000527-61.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 10.06.2019. Audiência de conciliação designada para o dia 24.01.2020. Aguardando a realização de audiência.
3000300-42.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. Petição inicial protocolada em 21.07.2017. Audiência de conciliação designada para o dia 04.10.2017. Audiência redesignada para o dia 02.02.2018. Audiência redesignada para o dia 25.01.2019. Audiência redesignada para o dia 02.08.2019. Não há notícia nos autos acerca da realização da referida audiência. À Secretaria para providências.
<b>14.7 DESIGNAR AUDIÊNCIA PJE</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
3000218-45.2016.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo despachado em 27.05.2019, determinando a designação de data para realização de inspeção judicial. Aguardando o retorno das férias da magistrada para designação de data.
3000066-60.2017.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo despachado em 09.07.2019, determinando o cancelamento da audiência designada para o dia 10.07.2019, bem como a intimação das partes para providências, após, devendo a secretaria designar nova data para realização de audiência. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 72.
3000341-38.2019.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo despachado em 06.11.2019, determinando a designação de data para realização de audiência. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 56.
3000286-24.2018.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo despachado em 06.11.2019, determinando a designação de data para realização de audiência. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 21.
3000318-29.2018.8.06.0075	Visto em inspeção. Processo despachado em 06.11.2019, determinando a designação de data para realização de audiência. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 28.

<b>15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO</b>		
<b>Processo</b>	<b>Última movimentação</b>	<b>Movimentação</b>
0388616-81.2010.8.06.0001	16.05.2017	Processo apto a ser Redistribuído
0008588-40.2011.8.06.0075	29.05.2017	Concluso ao Juiz
0009063-93.2011.8.06.0075	21.08.2017	Remessa dos autos
0012939-17.2015.8.06.0075	18.10.2017	Remessa dos autos
3000233-14.2016.8.06.0075	30.10.2017	Processo Suspenso por Convenção das partes
3000567-14.2017.8.06.0075	23.02.2018	Proferido Despacho de Mero Expediente
0008544-21.2011.8.06.0075	27.03.2018	Recebimento
0015809-64.2017.8.06.0075	27.03.2018	Recebimento
3000559-37.2017.8.06.0075	07.08.2018	Concluso
3000268-03.2018.8.06.0075	15.08.2018	Concluso



<b>16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2019 é 70,8%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	-
2019	75,67%
<b>16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2019 é 124%)</b>	
2018	75,02%
2019	63,30%
<b>16.3 Meta 1 (Meta para 2019 é maior que 100%)</b>	
2018	63,95%
2019	61,64%
<b>16.4 Meta 2 (Meta para 2019 é 80%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2019	497
Total de processos pendentes de julgamento	431
Total de processos julgados	66
2019 – Percentual de Atingimento	13%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	331,6
<b>16.5 Meta 4 (Meta para 2019 é 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2019	19
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	20
Total de processos julgados	-1
2019 – Percentual de Atingimento	-5%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	14,3
<b>16.6 Meta 6 (Meta para 2019 é 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2019	5
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	5
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	3
<b>16.7 Meta 8 (Meta para 2019 é 50%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2019	-
Total de processos pendentes de julgamento	-
<b>16.8 Conciliação</b>	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2018	69
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	84

<b>17 DA VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

<b>18 NORMATIVOS IMPORTANTES</b>	
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores

02/2019/ PRES/CGJ-CE	oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

## 19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES


## 20 RECOMENDAÇÕES

<b>20.1</b>	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2019, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau);</i>
<b>20.2</b>	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
<b>20.3</b>	<i>Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</i>
<b>20.4</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de processos com carga que tenham ultrapassado prazo razoável;</i>
<b>20.5</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecatante;</i>
<b>20.6</b>	<i>Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os</i>

	<i>tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;</i>
<b>20.7</b>	<i>Promover maior agilidade ao abrir vistas dos autos à Defensoria Pública e ao Ministério Público, principalmente nos casos envolvendo réu preso.</i>
<b>20.8</b>	<i>Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;</i>
<b>20.9</b>	<i>Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, ex officio, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;</i>
<b>20.10</b>	<i>Evitar o agendamento de audiências para o período em que o magistrado titular estiver em gozo de férias e envidar esforços no sentido de diminuir o número de audiências não realizadas;</i>
<b>20.11</b>	<i>Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.</i>
<b>20.12</b>	<i>Movimentar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;</i>
<b>20.13</b>	<i>Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;</i>
<b>20.14</b>	<i>Cobrar de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;</i>
<b>20.15</b>	<i>Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação;</i>
<b>20.16</b>	<i>Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação nos mandados de segurança em tramitação;</i>
<b>20.17</b>	<i>Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos, com o fim de verificar a existência de benefícios dos internos ou mesmo da consumação da prescrição;</i>
<b>20.18</b>	<i>A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento do Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;</i>

## **21 CONCLUSÃO**

Em visita à 2ª Vara da Comarca de Eusébio, constatou-se, em geral, que os feitos em tramitação têm andamento processual regular, com pontuais deficiências.

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Passo a expor a situação verificada durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

Foram analisados 5 (cinco) processos por amostragem na fila **Concluso para Despacho**, sendo constatado que, dos processos inspecionados, o mais antigo era datado de 25 de setembro de 2019.

Foram analisados 5 (cinco) processos por amostragem na fila **Concluso para Decisão**, sendo constatado que, dos processos inspecionados, o mais antigo era datado de 25 de julho de 2018.

Foram analisados 5 (cinco) processos por amostragem na fila **Concluso para Sentença**, sendo constatado que, dos processos inspecionados, o mais antigo era datado de 23 de setembro de 2019.

Na fila **Concluso para Designação de Audiência** foram analisados 5 (cinco) processos por amostragem, sendo constatado que estavam aguardando a designação há pouco tempo.

Na caixa **Aguardar Audiência Pje** foram analisados 11 (onze) processos por amostragem, sendo constatado que a audiência mais longínqua estava designada para o dia 27 de junho de 2020.

A fila **Processos para Designar Audiência** tinha 104 (cento e quatro) processos, dos quais 5 (cinco) foram analisados por amostragem, sendo constatado que o processo conclusivo mais antigo era datado de 4 de outubro de 2019.

Podemos perceber que os alguns feitos estão tramitando regularmente, já que a unidade possui poucos processos parados por tempo demasiado.

Conforme dados do Sistema SEI, a 2ª Vara da Comarca de Eusébio apresenta 399 (trezentos e noventa e nove) processos sem movimentação há mais de 100 dias, o que corresponde a apenas 11% dos processos em curso na unidade, que devem, contudo, ser impulsionados no prazo concedido neste Relatório.

Ademais, o juízo necessita dar atenção aos processos de meta 2 do CNJ, visto que ainda restam pendentes de julgamento 431 feitos nessa situação.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.

Os esforços do Magistrado à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório à magistrada, concedendo-lhe o prazo de 120 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2019.

Francisco Gladyson Pontes Filho  
Juiz Corregedor Auxiliar